

As funções governamentais nos últimos 24 anos

Júlio F. Gregory Brunet*

A nova metodologia para o controle do gasto público — a do cálculo do déficit primário — valoriza o diagnóstico da despesa e da receita pública através das categorias econômicas. As maiores modificações em relação aos métodos anteriores ocorreram nos agregados de despesa, permitindo observar o desempenho de pessoal (ativos e inativos), investimentos, outros custeios e capital e as transferências governamentais de forma mais precisa do que com as metodologias anteriormente utilizadas.

Por outro lado, essa nova metodologia coloca menor ênfase no que (e em que proporção) está sendo gasto o recurso público para o atendimento das funções governamentais. Optou-se por trabalhar com as médias despendidas por período governamental, de forma a obter as prioridades dos governantes no processo de distribuição do dinheiro público nos últimos 24 anos.

A série em que se fundamenta esta análise abrange os últimos 24 anos ou seis períodos de governo gaúcho — os Governos Synval Guazzelli, Amaral de Souza, Jair Soares, Pedro Simon, Alceu Collares e Antonio Britto. Para evitar distorções de análise, principalmente na Função Administração e Planejamento, foram eliminadas as despesas financeiras com juros e amortização da dívida, bem como as despesas com o Proes. Embora essa exclusão sacrifique a universalidade da análise, tem-se um ganho com a identificação mais nítida da despesa governamental não financeira.

1 - Setor público estadual – participação no PIB

A participação da despesa pública no PIB cresceu 0,7% no confronto entre os períodos 1983-86 e 1975-78; decresceu 0,4% na relação 1987-90 sobre 1983-86; e voltou a crescer nos últimos dois períodos — 1991-94 e 1995-98 —, com maior intensidade no último.

* Agente Fiscal do Tesouro da Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 1

Despesas totais, exceto juros e amortização da dívida e Proes,
por período de governo, no RS — 1975-98

PERÍODOS	GOVERNOS	PARTICIPAÇÃO NO PIB	VARIAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO
1975-78	Synval Guazzelli	8,0	-	-
1979-82	Amaral de Souza	8,1	0,1	0,6
1983-86	Jair Soares	8,7	0,6	1,6
1987-90	Pedro Simon	8,3	0,4	6,4
1991-94	Alceu Collares	8,9	0,6	8,3
1995-98	Antonio Britto	10,1	1,2	52,6
<u>1995-98</u> <u>1975-89</u>	-	-	2,2	79,3

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(1975/98). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/CAGE.

FEE.

No total do período, a despesa pública cresceu 2,2 pontos percentuais de participação no PIB do Estado do Rio Grande do Sul, calculado pela FEE, sendo que a maior variação ocorreu no último período governamental.

Tabela 2

Evolução das receitas correntes estaduais, por período de governo, no RS — 1975-98

PERÍODOS	GOVERNOS	PARTICIPAÇÃO NO PIB	VARIAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO
1975-78	Synval Guazzelli	6,7	-	-
1979-82	Amaral de Souza	7,1	0,4	22,1
1983-86	Jair Soares	7,4	0,3	12,4
1987-90	Pedro Simon	8,3	0,9	19,4
1991-94	Alceu Collares	9,3	1,0	8,9

1995-98	Antonio Britto	8,9	0,40	6,3
<u>1995-98</u>	-	-	2,2	89,6
<u>1975-89</u>				

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975/98). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/CAGE. FEE.

As taxas de crescimento das despesas e das receitas apresentam movimentos inversamente simétricos, o que pode ser visto na comparação das Tabelas 1 e 2: enquanto as taxas de crescimento das despesas correntes crescem de forma quase geométrica ao longo do período analisado, as das receitas decrescem de forma praticamente constante. A taxa de crescimento das receitas para os períodos extremos comparados é superior à das despesas (89,6% contra 79,3%), o que é explicado pela menor base de comparação da receita. Porém as receitas correntes serão, em quase todo o período, sempre menores que as despesas, conforme a Tabela 3, redundando em déficits correntes.

Tabela 3

Diferenças entre as despesas e as receitas totais, por período de governo, no RS — 1975-98

PERÍODOS	GOVERNOS	PARTICIPAÇÃO NO PIB		
		Receitas Correntes	Despesas Totais (1)	Diferença
1975-78	Synval Guazzelli	6,7	8,0	-1,3
1979-82	Amaral de Souza	7,1	8,1	-1,0
1983-86	Jair Soares	7,6	8,7	-1,1
1987-90	Pedro Simon	8,4	8,3	0,1
1991-94	Alceu Collares	9,3	8,9	0,4
1995-98	Antonio Britto	8,9	10,1	-1,2

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975/98). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/CAGE.

FEE.

(1) Despesas totais exceto juros e amortização da dívida e o Proes.

2 - As funções e os períodos governamentais

2.1 - Quem mais perdeu?

Como resumo geral e já antecipando algumas conclusões, observa-se, conforme a Tabela 4, comparando o último governo ao primeiro da série, que a Função Educação foi a que mais perdeu participação relativa no bolo orçamentário: a participação média no período 1975-78, de 25,1% no conjunto das despesas orçamentárias, foi reduzida para 13,9% no período 1995-98, com uma queda relativa de 11,2%. Outras quatro funções também perderam participação relativa na composição, contudo, já em percentuais bem menores: Energia, Transporte, Administração e Planejamento e Segurança Pública. Saliente-se que as quedas de participação observadas ocorreram ao longo de todos os governos.

2.2 - Quem mais ganhou?

Quem mais ganhou foram os inativos e os pensionistas, ou, pela classificação funcional, a Função Assistência e Previdência. Essa função elevou de 12,5% sua participação no conjunto das despesas no período 1975-78 para 26,6% no período 1995-98, aumentando em 14,1% sua participação relativa nos recursos orçamentários. Três outras funções mereceram destaque, embora em percentuais menores: as Funções Judiciária e Legislativa (5,3%) e Desenvolvimento Regional (3,0%), esta última representando basicamente as Transferências Constitucionais aos Municípios. Assim, os grupos de pressão melhor sucedidos, após os inativos, foram os Poderes Legislativo e Judiciário, com ênfase para este último e as municipalidades.

Tabela 4

Comparativo das médias dos períodos 1995-98 e 1975-78, por funções de governo, no RS

a) quem mais perdeu

(%)

FUNÇÕES	PARTICIPAÇÃO		PERDA RELATIVA 1995-98/ /1975-78
	1975-78	1995-98	
Educação	25,1	13,9	-11,2
Energia	3,7	0,2	-3,5
Transporte	8,1	6,0	-2,1
Administração e Planejamento	8,9	7,2	-1,8
Segurança	9,5	7,9	-1,6
TOTAL	-	-	-21,3

b) quem mais ganhou

(%)

FUNÇÕES	PARTICIPAÇÃO		GANHO RELATIVO 1995-98/ /1975-78
	1975-78	1995-98	
Assistência e Previdência	12,5	26,6	14,1
Judiciário e Legislativo	4,2	9,5	5,3
Desenvolvimento Regional	15,5	18,6	3,0
TOTAL	-	-	22,4

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975/98). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/CAGE.

NOTA: Nas funções, foram desconsideradas as despesas com juros e amortização da dívida e o Proes.

3 - A elasticidade-renda das funções

Apesar da simetria inversa das taxas de crescimento, a elasticidade-renda da receita e da despesa mostra um resultado praticamente idêntico para ambas: 1,33 para as receitas e 1,27 para as despesas, na comparação dos períodos 1975-78 e 1995-98; porém as receitas correntes são, como se assinalou — em grandeza —, sempre inferiores às despesas.

O conceito de elasticidade-renda é útil, pois dá a medida de quanto uma função, ou conjunto de funções governamentais, variou em relação ao Produto. No caso do Rio Grande do Sul, as despesas públicas do setor público estadual, exceto o setor empresarial, no período observado (1975-78 *versus* 1995-98),

foram elásticas em relação à renda, isto é, tiveram crescimento superior à unidade: 1,27. A maior elasticidade-renda encontrada no período foi para a Função Trabalho, com 4,13, porém, esta função não tem importância no conjunto das funções estaduais. A segunda maior é a função Função Judiciária, com 3,13, de elasticidade renda e a terceira, com a maior participação no conjunto da despesa, a função Assistência e Previdência: 2,70. A Função Legislativa, detém a quinta maior elasticidade do período observado, com 2,25. A menor elasticidade-renda verificada é a da Função Energia e Recursos Minerais, com 0,06; seguida da Educação, com 0,69. A elasticidade-renda da Função Saúde, embora menor que as supracitadas, foi 1,33, enquanto a da Função Segurança Pública ficou próxima à unidade, com 1,04 de elasticidade-renda.

A elasticidade-renda da Função Assistência e Previdência evidencia o equívoco da legislação para inativos e pensionistas: sua elasticidade-renda, em muito superior à da renda gaúcha e em muito superior à das receitas correntes (2,70 x 1,33 na comparação dos períodos 1975-78 e 1995-98), expõe a fragilidade do sistema atual, justificando a Reforma da Previdência em curso.

A Função Educação não só perdeu participação relativa como se manteve estagnada (a preços constantes) na média anual dos valores destinados, por período governamental. Isso pode ser verificado na Tabela 5. No período da Administração Guazzelli (1975-78), gastava-se, em média, R\$ 992 milhões/ano com essa função, enquanto, nos Governos Collares (1991-94) e Britto (1995-98), os valores destinados foram de R\$ 1,015 bilhão e R\$ 982 milhões. Ou seja, valores praticamente iguais aos de 24 anos atrás, embora, ressalte-se, o gasto em Educação tenha crescido durante os Governos Amaral de Souza (1979-82), Jair Soares (1987-90) e Pedro Simon para, respectivamente, R\$ 1,114 bilhão/ano; R\$ 1,171 bilhão/ano e R\$ 1,128 bilhão/ano.

A produção de bens públicos da natureza da Educação é, pela observação empírica de outros países, crescente na medida da evolução da renda desses países (elasticidade-renda maior do que a unidade), estabilizando-se a partir de patamares mais elevados do Produto *per capita*. No caso do RS, ocorreu o contrário, a elasticidade-renda da Função Educação é menor do que a

unidade (0,69). Menor que a elasticidade-renda da Educação somente a da Função Energia e Recursos Minerais. Esta, porém, em termos absolutos e relativos, tem pouco significado para a Administração Pública, com somente 0,2% do total da despesa (Tabela 6). Assim, enquanto a renda do conjunto da sociedade se elevava, a Educação perdia participação relativa na esfera estadual.

A Função Educação, do mesmo modo que perde no bolo orçamentário, diminui a participação no PIB, em média, de 2,0%, no período 1975-78, para 1,4%, em média, no período 1995-98, ou seja, decresceu 0,6 ponto percentual em 24 anos.

4 - Mas, afinal, quem ganhou e quais foram os limites dos governantes à imposição de políticas que ampliassem a participação de determinados setores?

Ganharam, como foi demonstrado acima, os inativos, os Poderes Judiciário e Legislativo e as municipalidades. E os ganhos não foram modestos: no período em questão, a despesa total do Estado cresceu R\$ 3,1 bilhões/ano. Os inativos e pensionistas absorveram desses ganhos R\$ 1,3 bilhão/ano; os Poderes Judiciário e Legislativo, R\$ 509 milhões/ano; e as municipalidades, R\$ 703 milhão/ano, sendo o restante distribuído em várias funções (Tabela 5).

Os inativos e os pensionistas — medidos pela Função Assistência e Previdência — tiveram sua participação relativa no bolo orçamentário ampliada em 14,1%, passando de 12,5% para 26,6% de participação no conjunto das despesas na relação 1995-98 sobre 1975-78, variando sua participação no PIB de 1,0% para 2,7%, significando acréscimo de 1,7% no período, conforme mostram as Tabelas 6 e 7. A elasticidade-renda dessa função é a maior das analisadas — 2,70 —, superior, portanto, à elasticidade-renda do conjunto da despesa pública da esfera estadual, de 1,27.

As Funções Legislativa e Judiciária cresceram 5,3% na composição do bolo orçamentário — de 4,2% para 9,5% no período considerado. O maior incremento foi no Poder Judiciário: 4,3% de acréscimo de participação no orçamento e 0,6% no PIB, no confronto entre os períodos 1975-78/1995-98. A

elasticidade-renda dessas funções em conjunto é 2,91, superior à do total da despesa, e, depois da Função Assistência e Previdência, essas duas funções foram as que mais cresceram.

A Função Desenvolvimento Regional engloba, praticamente, a totalidade das Transferências Constitucionais (e Legais) aos Municípios. De uma participação de 15,5% no total da despesa no período 1975-78, alcançou 18,6% no período 1995-98, com incremento de 3,0%. A elasticidade-renda dessa função (1,50) está em terceiro lugar, porém já mais próxima da elasticidade-renda de 1,27 do total das despesas.

Esses três grupos de pressão, vitoriosos ao longo dos 24 anos, impuseram sua maior participação no orçamento através de um conjunto de legislações (inativos, Poder Judiciário e municípios). Os inativos tiveram seus regramentos consolidados durante os anos 60 e 70 e seu resultado manifesto no crescimento da despesa com a Função Assistência e Previdência ao longo do tempo. As municipalidades, através de sucessivas alterações constitucionais, imputaram transferências crescentes das receitas estaduais aos cofres municipais. Em valores absolutos, a despesa com Transferências mais do que duplicou nos últimos 24 anos — crescimento de 114,7% —, enquanto as despesas orçamentárias cresceram 79,3%. O Poder Judiciário, por meio da autonomia orçamentária, obteve, também, ganhos expressivos.

Isso sinaliza que os Governadores, ao tentarem administrar a repartição dos recursos públicos, viram-se sempre às voltas com um conjunto de legislações e grupos de pressão dos demais Poderes, que os constrangeram a, paulatinamente, impor perdas aos grupos com menor capacidade de pressão. Esses grupos foram os professores — notadamente — e a administração do Executivo como um todo, através da diminuição dos recursos para salários e investimentos, como se pode constatar na diminuição das Funções Administração e Planejamento, Segurança e Infra-Estrutura (Energia e Transportes). Em todo o caso, como demonstrado anteriormente, as maiores perdas foram impostas à Função Educação, conforme a Tabela 6.

Na Função Administração e Planejamento (Fazenda, Planejamento, Administração, Gabinete e órgãos centrais das Secretarias, principalmente), a redução relativa (elasticidade-renda de 1,18 contra 1,27 do conjunto das

despesas) pode ser vista como resultado do aumento de produtividade das atividades-meio, uma vez que não houve deterioração tão visível nestas, no conjunto da Administração. De fato, nos últimos 24 anos, o avanço da informática simplesmente suprimiu vários postos de trabalho, sobretudo nos estamentos intermediários da função pública. Em outras palavras, as secretárias foram substituídas por máquinas copiadoras e computadores, e os níveis técnicos superiores, em muitos casos, tiveram sua taxa de reposição negativa ou nula em função dos maiores controles dispostos pela informatização — Secretaria da Fazenda e Administração, por exemplo. Isso permitiu aos Governadores pouparem na Função Administração e Planejamento.

No caso da Função Segurança, parece tratar-se de um grupo de pressão fraco, que não conseguiu impor uma maior participação no bolo orçamentário ao longo das últimas duas décadas e meia. A taxa de crescimento dessa função foi inferior à taxa de crescimento do conjunto da despesa: 48,4% contra 79,3% de crescimento da despesa global, com uma queda da participação relativa na despesa orçamentária de 1,6%. A deterioração dessa função, decorrente do desaparecimento e da baixa qualificação profissional (no sentido de poucos investimentos em treinamento) dos quadros da Segurança Pública, é visível nos indicadores de casos não solucionados e na insegurança geral da vida cotidiana no Estado. Nesse caso, a menor capacidade de defesa das categorias que compõem a Segurança Pública foi utilizada pelos Governadores para diminuir sua participação relativa enquanto função.

Já nas Funções Energia e Transporte, as explicações para a queda são distintas. No primeiro caso, em razão da autonomia e da capacidade de financiamento do setor energético, as pressões exercidas sobre o Tesouro sempre foram pequenas. No dos Transportes, apesar da propalada fama do setor por seus vínculos com a esfera política, sua participação relativa foi diminuída em 2,1% no bolo orçamentário, caindo de 8,1% para 6,0% na comparação dos períodos 1975-78 e 1995-98. Essa queda foi paulatina. O pico dos gastos na Função Transportes ocorreu na Gestão Jair Soares, o vale na Gestão Collares, com uma pequena recuperação no Governo Britto.

A Função Judiciária teve um aumento das despesas de 0,5% do PIB na variação do período 1995-98 sobre 1975-78 e 342,0% de crescimento real

contra 79,3% do total das despesas. Este foi, talvez, o grupo mais eficiente do ponto de vista da disputa orçamentária no sentido de auferir ganhos de participação. O argumento da autonomia orçamentária utilizado nas disputas pelos recursos públicos permitiu quadruplicar a participação dessa função no bolo.

5 - Considerações finais

Apesar dos recorrentes déficits primários, o RS vem tendo enormes dificuldades para atender às suas funções básicas e torna-se, pouco a pouco, um estado de aposentados. A fraca elasticidade-renda das Funções Educação, Transportes e Segurança é um exemplo evidente das dificuldades das últimas administrações no atendimento dessas funções.

Não se quer, por outro lado, deixar a impressão de que os Governadores deliberadamente impuseram perdas a este ou àquele grupo de interesse ou função governamental. De fato, as circunstâncias de uma teia jurídica tecida ao longo do tempo no casuísmo e na fortuidade dos grupos de pressão — que, vez por outra, eram hegemônicos para a imposição de seus interesses — estabeleceram enorme rigidez à gestão pública. Ao contrário, sob pena de verem solapadas suas bases de apoio político, os Governadores, em geral, relutaram em atacar a legislação. As maiores tentativas de alteração das regras legislativas que beneficiam os inativos e os pensionistas e as transferências municipais sempre partiram da União, sem apoio mais firme dos Governadores. Circunstancialmente, os governadores brasileiros, em razão de restrições de caixa, têm aplicado políticas mais conservadoras à despesa pública, notadamente no caso de pessoal, através de estímulos à demissão, incentivos à aposentadoria, redução da jornada de trabalho, cartão-ponto, etc. Porém essas políticas têm sido aplicadas mais por imposição do Tesouro Nacional do que por vontade dos Governadores. A propensão dos Governadores é ampliar a despesa pública. Preocupações de ordem

macroeconômica, do tipo restrições à despesa para conter o déficit público, não fazem parte do receituário das unidades subnacionais.

Tabela 5

Médias das funções governamentais, por períodos de governo, no RS — 1975-94

FUNÇÕES	1975-78 (R\$ 1 000)	1979-82 (R\$ 1 000)	1983-86 (R\$ 1 000)	1987-90 (R\$ 1 000)	1991-94 (R\$ 1 000)	1995-98 (R\$ 1 000)	TAXA DE CRESCIMENTO 1995-98/1975-78 (%)	VARIAÇÃO ABSOLUTA 1995-98/1975-78 (R\$ 1 000)
Legislativa	48 092	55 677	85 248	82 245	112 320	154 202	220,6	106 111
Judiciária	117 865	177 334	260 520	299 345	388 638	520 997	342,0	403 132
Administração e Planejamento	353 381	410 432	406 946	276 443	467 773	503 060	42,4	149 680
Agricultura	79 370	110 906	113 915	99 980	139 213	123 308	55,4	43 938
Comunicações	23 301	6 693	10 287	34 635	6 072	1 772	-92,4	-21 530
Defesa Nacional e Segurança Pública	375 585	426 285	470 740	467 912	479 998	557 184	48,4	181 600
Desenvolvimento Regional	613 526	686 787	725 134	927 278	1 166 867	1 317 188	114,7	703 662
Educação e Cultura	992 065	1 114 034	1 171 563	1 128 752	1 015 869	982 832	-0,9	-9 233
Energia e Recursos Minerais ..	145 622	94 787	81 226	135 584	25 235	11 808	-91,9	-133 814
Habituação e Urbanismo	49 625	89 022	41 600	43 392	31 830	35 389	-28,7	-14 235
Relações Exteriores	0	0	0	0	0	425	0,0	425
Indústria, Comércio e Serviços	179 108	194 695	80 451	104 014	28 353	235 536	31,5	56 428
Saúde e Saneamento	160 044	197 861	185 389	126 476	165 014	305 940	91,2	145 896
Trabalho	5 113	17 287	14 010	8 550	26 152	28 625	459,9	23 513
Assistência e Previdência	492 564	691 071	1 034 687	1 156 207	1 286 599	1 887 983	283,3	1 395 418
Transporte	318 611	380 314	516 715	469 215	303 370	424 566	33,3	105 955
SOMA DAS DESPESAS OR- ÇAMENTÁRIAS	3 953 870	4 650 185	5 198 432	5 360 027	5 463 302	7 090 815	79,3	3 136 945

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975/98). Porto Alegre : Secretaria da Fazenda/CAGE.

NOTA: 1. Excetuadas as despesas financeiras com juros e amortização da dívida e o Proes.

2. Deflator IGP-DI média anual; os valores estão deflacionados a preços de dez./98.

Tabela 6

Participação percentual das funções governamentais no total da despesa, por períodos de governo, no RS — 1975-98

FUNÇÕES	1975-78	1979-82	1983-86	1987-90	1991-94	1995-98	VARIAÇÃO PERCENTUAL 1995-98/1975-78
Legislativa	1,2	1,2	1,6	1,5	2,0	2,2	1,0
Judiciária	3,0	3,8	5,0	5,6	6,9	7,3	4,4
Administração e Planejamento	8,9	8,6	7,8	5,2	8,3	7,2	-1,8
Agricultura	2,0	2,4	2,2	1,9	2,5	1,7	-0,3
Comunicações	0,6	0,1	0,2	0,7	0,1	0,0	-0,6
Defesa Nacional e Segurança Pública	9,5	9,2	9,1	8,7	8,5	7,9	-1,6
Desenvolvimento Regional	15,5	14,8	13,8	17,2	20,7	18,6	3,0
Educação e Cultura	25,1	24,0	22,5	21,1	18,0	13,9	-11,2
Energia e Recursos Minerais	3,7	2,0	1,6	2,6	0,4	0,2	-3,5
Habitação e Urbanismo	1,3	1,9	0,8	0,8	0,6	0,5	-0,8
Relações Exteriores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria, Comércio e Serviços	4,5	4,4	1,6	1,8	0,5	3,3	-1,2
Saúde e Saneamento	4,0	4,1	3,6	2,3	2,9	4,3	0,3
Trabalho	0,1	0,4	0,3	0,2	0,5	0,4	0,3
Assistência e Previdência	12,5	14,9	19,7	21,8	22,8	26,6	14,1
Transporte	8,1	8,2	10,0	8,5	5,4	6,0	-2,1
SOMA DAS DESPESAS ORÇAMEN- TÁRIAS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975/98). Porto Alegre : Secretaria da Fazenda/CAGE.

NOTA: Excetuadas as despesas financeiras com juros e amortização da dívida e o Proes.

Tabela 7

Participação percentual das funções governamentais no PIB e elasticidade-renda, em períodos de governo, no RS — 1975-98

FUNÇÕES	1975-78	1979-82	1983-86	1987-90	1991-94	1995-98	VARIACÃO %	ELASTICIDADE-
							$\frac{1995-98}{1975-78}$	RENDA $\frac{1995-98}{1975-78}$
Legislativa	0,10	0,10	0,14	0,13	0,18	0,22	0,12	2,25
Judiciária	0,23	0,31	0,43	0,46	0,61	0,74	0,50	3,13
Administração e Planejamento	0,72	0,72	0,67	0,43	0,73	0,84	0,13	1,18
Agricultura	0,16	0,19	0,19	0,15	0,22	0,17	0,01	1,07
Comunicações	0,05	0,01	0,02	0,05	0,01	0,00	-0,04	0,05
Defesa Nacional e Segurança Pública	0,76	0,75	0,78	0,72	0,76	0,79	0,03	1,04
Desenvolvimento Regional	1,24	1,20	1,19	1,43	1,84	1,86	0,62	1,50
Educação e Cultura	2,00	1,95	1,93	1,74	1,60	1,38	-0,62	0,69
Energia e Recursos Minerais ...	0,30	0,17	0,14	0,20	0,04	0,02	-0,28	0,06
Habituação e Urbanismo	0,10	0,15	0,07	0,07	0,05	0,05	-0,05	0,53
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria, Comércio e Serviços	0,36	0,34	0,14	0,16	0,04	0,33	-0,03	0,91
Saúde e Saneamento	0,32	0,35	0,31	0,20	0,26	0,43	0,11	1,33
Trabalho	0,01	0,03	0,02	0,01	0,04	0,04	0,03	4,13
Assistência e Previdência	0,99	1,21	1,69	1,78	2,02	2,67	1,68	2,70
Transporte	0,65	0,67	0,86	0,73	0,48	0,60	-0,05	0,92
SOMA DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	7,99	8,14	8,56	8,27	8,87	10,14	2,15	1,27

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975/98). Porto Alegre : Secretaria da Fazenda/CAGE . FEE.